

Expectativa é que programa econômico tome novo rumo

07 MAR 1993

CORREIO BRAZILIENSE

Rosenildo Ferreira

O programa econômico do Governo será atrasado ou mudará de rumo. Esta é a opinião de dois importantes membros da equipe do ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, que ainda permanecem no poder. Para eles, a maior probabilidade está na mudança de rumo, mas não arriscam dizer em que grau.

O argumento que usam nesse sentido está no fato de Haddad ter pedido demissão depois de longo período de "fritura" dentro do Governo. Para eles é o temor de uma mudança "forte demais" nos rumos econômicos, que está levando o Congresso Nacional e o empresariado a reagirem e atacam o Governo Itamar.

Esta "queda de braço", avaliam, vai definir os limites dentro dos quais Itamar poderá trabalhar mudanças na vida econômica do País. Neste sentido, a visita do ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) pode ter sido uma "faca de dois gumes".

Quem manda — Na avaliação interna, diz um dos secretários do Ministro da Fazenda, os empresários podem entender as palavras de Hargreaves como, de fato, tranquilizadoras, mas também como indicativo de que o chamado "grupo palaciano" domina todo o Governo.

Para eles é fato grave o mercado financeiro ter sido violenta e negativamente afetado duas vezes em uma semana. Segunda-feira devido ao pedido de demissão de

Haddad e sexta, com o de Barros de Castro, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Eles justificam o fato como grave, porque ambos eram alvos do "grupo palaciano", ou seja, mais um indicativo de que este dominaria o Governo Itamar. Os secretários dizem que a reação da sociedade (Congresso e empresários) ocorre, porque não querem ver o País nas mãos de poucas pessoas, como ocorreu no Governo Collor.

Tempo — Para reconstruir o que foi destruído em apenas uma semana, Itamar Franco e Eliseu Resende precisarão de tempo, dizem. Argumentam, porém, que foi justamente a impaciência de Itamar, e sua aparente discordância de métodos exclusivamente ortodoxos para baixar a inflação, que facilitou a "fritura" direta de Haddad.

Eles usam o termo "fritura direta", porque o próprio Itamar participou, "a olhos vistos", do "aquecimento da frigideira" do ex-ministro. Os secretários temem qualquer plano que seja costurado rapidamente. Para eles, esse fato aumenta a possibilidade de erros.

O tempo muda, também, com relação à negociação junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Existem indefinições quanto à possibilidade de a atual missão se transformar de "coletora de dados" em "negociadora" do prolongamento do acordo feito pelo ex-ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira.

Também trabalha contra o Go-

verno, a indefinição quanto à permanência de Yeda Crusius no Ministério do Planejamento. Eles entendem que, se o Presidente não incentiva a fritura dela, deveria dar demonstrações inequívocas de que ela permanece, mesmo tendo sido a última a saber do pedido de demissão de Barros de Castro, subordinado à sua pasta.

A instabilidade no Ministério da Fazenda (Eliseu é o terceiro ministro do Governo Itamar em apenas cinco meses) colabora para dificultar acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A avaliação é de experiente negociador brasileiro, que se mantém nos quadros governamentais.

A diretoria do FMI pouco conhece sobre as idéias de Resende para combater a inflação. Ao contrário, ele assumiu debaixo de críticas envolvendo decisões de sua vida política, que teriam lesado o País em favor de setores empresariais. Antes de qualquer acordo, será necessário um contato direto entre as partes.

FMI — O fato de Paulo Haddad ter informado que nomeações pouco criteriosas para cargos no Banco Central fora o motivo de ter pedido demissão do Ministério da Fazenda, deve ter deixado a lisura do Governo arranhada diante do Fundo, diz esse membro de missões negociadoras.

Isso ocorre, afirma ele, porque um dos pontos importantes do programa delineado por Haddad ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, foi a independência do Banco Central como fator decisivo para forte controle sobre a vida monetária do País.